

PROCESSOS DE BRANQUEAMENTO, RACISMO ESTRUTURAL E TENSÕES NA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

Elicardo Heber de Almeida BATISTA¹

Universidade do Estado de Minas Gerais (campus Ituiutaba)

Resumo

Como citar:

BATISTA, E. H. de A. Processos de branqueamento, racismo estrutural e tensões na formação social brasileira. *Revista Geografia em Atos* (GeoAtos online), v. 4, n. 19, p. 11-37, set-dez/2020. DOI: 10.35416/geoatos.v4i19.7725

Recebido em: 2020-05-24

Devolvido para correções: 2020-10-19

Aceito em: 2020-10-29

Baseado em uma revisão bibliográfica, o texto tratará sobre os processos de branqueamento, racismo estrutural e tensões na formação social brasileira. A parte 1 (um) tratará da raça e racismo, processos de branqueamento, branquitude e racismo estrutural. Essa parte abordará como a branquitude foi construída como um marcador de privilégios que se mantêm na experiência brasileira. A parte 2 (dois) intitulada “quem lava suas cuecas? racismo estrutural e o cidadão de bem” tentará mostrar como séculos de escravidão e o racismo estrutural colocaram a classe média e as elites nacionais em uma situação confortável na estrutura social. O passado escravocrata se metamorfoseou e permaneceu como parte da estrutura social brasileira. Baseado no rapper brasileiro Djonga e o pesquisador estadunidense Jason Stanley, essa parte tentará mostrar como as elites constroem narrativas próprias e nem sempre verdadeiras sobre minorias sociais baseadas em discursos falaciosos, neofascistas ou até mesmo a maldade em seu estado mais puro; e por último breve considerações finais.

Palavras-chave: Racismo; Racismo estrutural; Branqueamento; Desigualdade

¹ Professor nos cursos de Ciências Agrárias (área) da Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG (Unidade Ituiutaba) e coordenador do curso de Tecnologia em Agronegócio da mesma Universidade). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Migrações e Comunidades Tradicionais do rio São Francisco (UNIMONTES).
E-mail: elicardoheber@yahoo.com.br/elicardo.batista@uemg.edu.br
Orcid iD: orcid.org/0000-0002-3961-3088

BLEACHING PROCESSES, STRUCTURAL RACISM AND TENSIONS IN BRAZILIAN SOCIAL FORMATION

Abstract

Based on a bibliographic review, the text will deal with the processes of bleaching, structural racism and tensions in Brazilian social formation. Part 1 (one) will deal with race and racism, bleaching processes, whiteness and structural racism. This part will try to address how whiteness was built as a marker of privileges that remain in the Brazilian experience. Part 2 (two) entitled “Who washes your underwear? structural racism and the good citizen” will try to show how centuries of slavery and structural racism have put the middle class and national elites in a comfortable position in the social structure. The slave-owning past metamorphosed and remained part of the Brazilian social structure. Based on the Brazilian rapper Djonga and the American researcher Jason Stanley, this part will try to show how the elites build their own and not always true narratives about social minorities based on fallacious, neo-fascist speeches or even evil in its purest state; and finally, brief closing remarks.

Keywords: Racism; Structural racism; Bleaching; Inequality

PROCESSUS DE “BLANCHITUDE”, RACISME STRUCTUREL ET TENSIONS DANS LA FORMATION SOCIALE BRÉSILIENNE

Résumé

À partir d’une analyse bibliographique, cet article porte sur le processus de “branchitude”, du racisme structurel et des tensions dans la formation sociale brésilienne. En ce qui concerne à la première partie, il met en relief les questions de race et de racisme. Pour le dire autrement, comment le processus de “branchitude” a été construit comme un signe de privilège qui se maintient au cœur de l’expérience brésilienne (racisme structurel). Quant à la seconde partie intitulée “Qui lave tes sous-vêtements ? Racisme structurel et le bon citoyen”, elle va démontrer comment les siècles d’esclavage et le racisme structurel conduisent les classes moyennes et les élites nationales à une situation confortable dans la structure sociale. Finalement, en ce qui s’agit de la dernière partie, à partir du rapper brésilien Djonga et du chercheur américain Jason Stanley, comment les élites construisent leurs récits, parfois invraisemblables, sur les minorités sociales en soutenant des discours fallacieux, néofascistes ou quand même le mal dans son état le plus pur.

Mots-clés : Racisme ; Racisme structurel ; processus de “branchitude” ; Inégalités

Introdução

*"... Já disse, pretos no topo, e eu falava sério". O Mundo é Nosso.
Djonga*

A questão racial no Brasil é uma temática fundamental para a compreensão do próprio país. A ideia de raça, em seu sentido moderno, “não tem história conhecida antes da América [...] Talvez se tenha originado como referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados construída como referência as supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos (QUIJANO, 2005, p.17). A formação de relações sociais fundadas nas ideias [atualmente superadas] de raças biológicas, produziu na América determinadas experiências que não marcaram apenas uma procedência geográfica ou país de origem, mas que esteve presente em todo o território brasileiro: a escravidão.

A escravidão foi uma linguagem nacional (SCHWARCZ; STARLING, 2016) e esse fenômeno teve e tem imensas consequências na estrutura social brasileira. Três séculos de escravidão em todo o território e quarenta por cento da população escravizada compulsoriamente enviada do continente africano para o Brasil teve e ainda tem consequências graves para os escravizados do passado e seus descendentes na atualidade. A pobreza no Brasil tem cor: é negra¹. Os pretos (que juntamente com os pardos constituem o que o IBGE denomina de negros) não são apenas marcadores sociais da diferença, mas lidam com o racismo que é uma naturalização da perversão e o sofrimento que essa condição humana carregou: escravizados e privados da condição de existirem como seres humanos socialmente iguais.

Esse texto tratará sobre os processos de branqueamento, racismo estrutural e tensões na formação social brasileira. Entretanto, não tem a pretensão de esgotar um tema tão nevrálgico para entender em grande medida o que tornou o Brasil o que é: um dos países mais desiguais no mundo²: na renda, nas oportunidades, nos privilégios baseado na cor etc.

¹ Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2014, 76% dos mais pobres no Brasil são negros, número que aumentou muito se comparado com 2004, em que o número estava em torno de 73%

² A desigualdade de renda no Brasil é um dos destaques do relatório de desenvolvimento humano divulgado hoje pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Conforme o estudo, **o Brasil é o sétimo país mais desigual do mundo**, ficando atrás apenas de nações do continente africano. Em 2017, o índice do Brasil foi de 53,3. O mesmo valor foi registrado por Botsuana. Entre os países no topo do ranking da desigualdade, estão Namíbia (59,1), Zâmbia (57,1), República Centro-Africana (56,2), Lesoto (54,2) e Moçambique (54) — todos os países localizados no continente africano. Para esse indicador do PNUD, zero representa igualdade absoluta e 100 representa desigualdade absoluta.

Tratar desse tema retornando ao passado contribui para pensarmos o presente e como estamos construindo, enquanto nação, o nosso futuro, baseado em erros estruturais do passado, ou seja, sem movimentar consideravelmente as estruturas sociais constituindo uma sociedade menos desigual. Além da introdução, o texto está dividido em duas partes complementares.

A primeira parte tratará da raça e racismo, processos de branqueamento, branquidade e racismo estrutural. Baseado em historiadores (as) e sociólogos (a), tentará explicitar como a branquitude foi construída como um marcador de privilégios que se mantêm na experiência brasileira e os distintos tipos de racismos pensando nas questões das raças sociais.

A segunda parte intitulada “Quem lava suas cuecas? Racismo estrutural e o cidadão de bem” tentará mostrar como séculos de escravidão e o racismo estrutural colocaram as classes médias e as elites nacionais em situação confortável. Baseado no rapper brasileiro Djonga e o pesquisador estadunidense Jason Stanley, essa parte tentará mostrar como as elites constroem narrativas próprias sobre minorias sociais (que são majorias minorizadas) baseadas em discursos falaciosos, neofascistas ou até mesmo o mau em seu estado mais puro. Baseado em uma discussão teórica entre distintas áreas do conhecimento (História, Antropologia, Sociologia, Direito e Geografia), e especialmente nas reflexões de um rapper brasileiro e um intelectual estadunidense, o texto pretende apresentar indicadores sobre os padrões contínuos da reprodução da desigualdade racial.

A literatura mostra que raça e racismo são historicamente construídos socialmente e que as instituições foram desenhadas para reproduzir a desigualdade racial com alta eficiência. Com textos acadêmicos ou música, distintos personagens conseguem expressar como raça social e racismo conseguem configurar a vida da/na sociedade e se perpetuarem de uma forma altamente arraigada nas estruturas sociais, dentre elas, na brasileira. Racismo é uma linguagem que desemboca em um conjunto inumerável de desvantagens sociais. E por último, breve considerações finais.

Raça e racismo: processos de branqueamento, branquidade e racismo estrutural

O Brasil é um país que teve escravidão como base de sua formação social importando mais de quatro milhões de escravizados negros ao longo de três séculos (1550 até 1888). Com a abolição da escravatura não houve qualquer política de integração social

das pessoas que eram escravizadas: estariam teoricamente livres, mas presos a uma estrutura social profundamente excludente.

Com o fim da escravidão, os anos entre as décadas 20 e 30 do século XX é considerado o período mais racista na história brasileira. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil eram declaradamente tratados com “naturalidade” considerando a proposta de raça biológica e superior/inferior. Raças no domínio biológico eram transpostas para tratar de humanos. A vertente biológica, social ou mais frequentemente no inter cruzamento de ambas sobre raça lidavam com ideias de superioridade e inferioridade, tendo, claro, a branquitude (inclusive na produção acadêmica), como “modelo racial superior” (BENTO, 1998). Esse período corresponde ao surgimento da primeira geração de negros não escravizados. No sistema escravocrata e a forma como ele estava estruturado não deixava dúvidas sobre a posição social de cada um na estrutura social: cativos, libertos, donos dos escravos etc. Com a derrocada do sistema, no primeiro quartel do século XX há um florescimento de teorias raciais, do racismo e da branquitude na sociedade brasileira (SCHWARCZ, 1993).

No cenário internacional havia discussões que propiciaram uma aceitação de teses baseadas na eugenia que iriam interferir nas propostas políticas e sociais/culturais brasileiras. As discussões eugenistas giravam em torno de supostas condições propícias para a evolução das espécies, a superada, mas muito presente na época ideia de raças humanas biológicas (teria das raças biológicas) e uma diferença entre os homens baseados exclusivamente nos genes. Centravam em um conjunto de testes genéticos, químicos e físicos para definir o que era anormal dentro da estrutura social e, portanto, deveria ser eliminado. A “educação eugênica”³ aparece na constituição brasileira de 1934, inclusive era responsabilidade do Estado fomentar a referida educação.

O cenário internacional e os congressos internacionais das raças⁴ possibilitaram que a oligarquia e a burguesia brasileira defendessem teses eugênicas. Na mesma direção, Getúlio

³ No Artigo 138 da Constituição de 1934 (governo Vargas) determinava que à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das respectivas leis caberia: estimular a educação eugênica e adotar medidas legislativas e administrativas tendentes a restringir a moralidade e a morbidade infantis; e de higiene social, que impeçam a propagação das doenças transmissíveis. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil – 1934. Artigo 138. www.planalto.gov.br acesso em: 105/10/2019.

⁴ Como exemplo temos o Primeiro Congresso Universal de Raças, realizado em Londres em 1911 e a presença dos médicos e antropólogos João Baptista de Lacerda (1846-1915) e Edgard Roquette-Pinto (1884-1954), os dois representantes do Brasil no congresso. O trabalho de Lacerda intitulado “Sur les métis au Brésil” (1911) tratou da miscigenação racial no Brasil e do processo de branqueamento da população mestiça. O Congresso

Vargas se aproximava de regimes autoritários de direita na Europa ocidental. A defesa de raças biológicas (e seu aprimoramento) é uma das características que aproximam as ditaduras de Getúlio Vargas (Estado Novo) e os nazistas sintetizados na figura de Adolf Hitler. Vargas⁵ e parte das elites brasileiras “estavam convencidos de que a composição étnica ‘não branca’ de boa parte dos brasileiros explicaria o atraso e as dificuldades do país” (KOIFMAN, 2007).

Entretanto, as doutrinas raciais ganharam fôlego no final do século XIX com a proclamação da república e a constituição de uma elite nacional que propunha conduzir o futuro da nação conforme moldes positivistas. Médicos, sanitaristas e juristas brasileiros já tinham acesso às ideias de raça defendidas por Georges Louis Leclerc, Conde de Buffon (1707- 1788), Paul Brocca (1824-1880), Cesare Lombroso (1835-1909), dentre outros. Durante essa república, as elites nacionais defendiam a modernização do país que passaria por uma mudança em sua estrutura social, ou seja, o incentivo a entrada de imigrantes privilegiando aqueles de origem europeia, ou seja, o “branqueamento racial”.

O final do século XIX e início do século XX passaram por transformações de natureza política e social que modificariam significativamente as direções da nação a se constituir. Politicamente, a instauração da República viabilizou não apenas as modificações na organização política e administrativa do país, como também o seu desenvolvimento, de um modelo agrário para um urbano e industrial. Nesse cenário, surge um dos diversos conflitos no sentido de pensar no contexto do processo abolicionista, as lutas sociais no interior do país e ideologias fortemente marcadas por uma ordem nacional, ou seja, as diretrizes nacionais para a formação social de uma nação e seus projetos de desenvolvimento. As políticas dos anos 30, foram marcadas por um conjunto de reformas políticas pensadas e implementadas por uma oligarquia periférica. Nesse contexto, a educação ganha um espaço

Universal de Raças deve ser entendido como um contexto privilegiado para analisar tanto o debate internacional sobre as discussões raciais quanto a própria inserção do Brasil e de intelectuais e cientistas brasileiros neste contexto de debates sobre raças. Para saber mais ver SCHWARCZ (1993).

⁵ No decurso da Segunda Guerra Mundial, o governo brasileiro restringia a entrada de estrangeiros no país, sobretudo judeus, japoneses e negros. No mesmo instante, esse mesmo governo facilitava e incentivava a entrada no país de portugueses e suecos. As leis imigratórias no Brasil foram baseadas na teoria eugênica, criada no fim do século 19 pelo britânico Francis Galton. A proposta do governo era selecionar a imigração de modo a “melhorar” a composição étnica do povo brasileiro. O ministro Francisco Campos, um dos intelectuais que inspirava o Estado Novo (ou Terceira República Brasileira, foi o regime político brasileiro instaurado por Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937, que vigorou até 31 de janeiro de 1946), era influenciado pelos fascismos português e italiano, mas a legislação de imigração foi profundamente baseada na teoria eugênica norte-americana. Para saber mais ver Koifman (2007).

na política nacional. Essa educação seria um meio que o estado utilizaria para “moldar” o indivíduo para a vida moderna.

A população, constituída em sua maioria por indivíduos pobres e analfabetos, carregados por estigmas da cor de sua pele decorrentes de ideologias racistas predominantes, estavam à margem dos “projetos de desenvolvimento” de elite nacional branca que pensava e articulava o desenvolvimento social e econômico do país. Em termos da estrutura social, a condição racial da população definia sua posição fora do referido projeto de desenvolvimento nacional.

Com a propagação de teses eugenistas, a eugenia era considerada uma ação positiva que favorecia a fecundidade dos elementos considerados “normais”, favorecendo a criação de meios legais e humanitários que facilitariam a vida em família e aumentasse os recursos indispensáveis à educação dos filhos. Por outro lado, indivíduos supostamente portadores de mal hereditário ou congênito tinham um caráter proibitivo com a finalidade de reduzir os elementos raciais inferiores, ou seja, entendiam que existiam raças humanas biologicamente distintas e que deveriam ser eliminadas no contexto de modernização social.

Os eugenistas⁶ defendiam a formação de uma consciência eugênica baseada na não contração do matrimônio entre raças e classes sociais diferentes. O objetivo era focar em casamentos que pudessem gerar filhos eugenizados em um número maior que os denominados degenerados. Jovens considerados eugenicamente sadios deveriam contrair o casamento entre “iguais” e ter um número de filhos maior que os degenerados, contribuindo dessa forma para a formação de uma sociedade moderna.

⁶ Eugenia é um termo grego que significa ‘bem-nascido’. A ideia foi propagada por **Francis Galton**, responsável por criar o termo, em 1883. Galton defendia que o conceito de seleção natural de Charles Darwin – que, por curiosidade, era seu primo – também se aplicava aos humanos. Seu projeto pretendia comprovar que a capacidade intelectual era hereditária, ou seja, passaria de membro para membro da família e, assim, justificava a exclusão dos negros, imigrantes asiáticos e deficientes de todos os tipos. Galton pretendeu alargar as sugestões da teoria da seleção natural, indicando que os seus estudos demonstravam que além da cor do olho, feição, altura e demais aspectos fisiológicos, também traços comportamentais, habilidades intelectuais, poéticas e artísticas seriam transmitidas dos pais aos filhos. No começo do século 20, a eugenia tinha status de ciência e foi praticada por Estados que buscavam “aperfeiçoar” a raça humana por meio de seleção artificial, como exemplo mais emblemático o Regime Nazista de Adolf Hitler. Entretanto, no Brasil, no decurso do Estado novo (como já afirmado anteriormente) a eugenia influenciou na elaboração e implementação de políticas públicas, dentre eles, as migratórias e educacionais (SCHWARCZ, 1993; KOIFMAN, 2007). Júlio de Mesquita, proprietário do jornal O Estado de S. Paulo; Oliveira Vianna, jurista e sociólogo considerado ‘imortal’ pela Academia Brasileira de Letras; e o fundador da Faculdade de Medicina em São Paulo, Monteiro Lobato, escritor, são alguns dos intelectuais brasileiros que defendiam teses eugenistas.

A educação, para os eugenistas, era um meio de conscientização dos jovens e adultos para mudanças comportamentais. Essa mudança de comportamento significaria o matrimônio entre indivíduos de uma mesma classe social. A educação teria a finalidade de evitar uma má formação (física e psíquica) e a ignorância por parte dos estudantes sobre orientações sexuais, relações conjugais e a criação dos próprios filhos. As meninas deveriam ser educadas para futuras obrigações da maternidade e do lar (cristalizando papéis de gênero) compreendendo seu papel nobre de uma maternidade sadia e a transmissão de suas “boas características” que seriam transmitidas às futuras gerações.

O século XIX foi marcado por teorias evolucionistas, com a tese da degenerescência racial, defendendo a existência de “tipos de raças puras” (SCHWARCZ, 1993). Nesse entendimento, o contato sexual e afetivo entre povos de “raças” e culturas distintas era considerado um perigo. A mistura racial seria prejudicial, pois promoveria uma degenerescência mental, física e social aos povos no decurso da mistura. De forma mais profunda, a eugenia, tanto como movimento científico ou social, proibia e tentava controlar determinados tipos de contato entre povos distintos com a premissa que a mistura de raças ameaçava à civilização humana.

Na experiência brasileira não havia um consenso sobre a “mistura de raças”. As teorias evolucionistas eram utilizadas como tentativa de explicar e tentar resolver o problema racial brasileiro e, nesse contexto, ganha fôlego a ideologia do branqueamento. O branqueamento foi largamente defendido por intelectuais do século XIX e nas primeiras décadas do Século XX, dentre eles, Oliveira Vianna. A tese principal defendida por Oliveira Vianna consistia na ideia de que a miscigenação entre brasileiros (negroides e indígenas) e os imigrantes europeus brancos conduziria a população brasileira ao branqueamento. Partia-se do pressuposto que a etnia branca (mais forte) iria se sobrepuser aos negroides e indígenas. Esse processo social conduziria o país a uma suposta evolução racial.

A teoria do branqueamento deixa evidente que os brancos eram o oposto da ideologia da degenerescência das raças defendida pela médica brasileira Nina Rodrigues. Ambas as teorias podem ser consideradas evolucionistas, mas enquanto Vianna tinha uma percepção positiva da miscigenação considerando que esse processo conduziria a estrutura social a branquitude, uma espécie de “seleção étnico-racial” que resultaria em uma melhoria estética, mental social e cultural do país, Rodrigues, entendia a miscigenação como um

processo negativo que traria uma degenerescência mental, física e social da população brasileira. Em ambos os casos prevalece a branquitude como superior as outras raças.

Já na década de 1930, Gilberto Freyre contribui com nova compreensão das relações raciais no Brasil. A obra *Casa Grande e Senzala* traz uma diferenciação essencial entre raça e cultura, diferenciando das propostas racistas de Vianna e Rodrigues que trabalhavam com a ideia de raças biológicas. Na perspectiva das raças biológicas, a miscigenação era considerada um elemento altamente negativo que poderia inclusive levar a uma esterilidade biológica ou cultural, comprometendo a civilização do país.

Na perspectiva freyreana, as relações raciais no Brasil seriam reciprocamente confraternizantes. O antagonismo entre o branco e o negro na sociedade brasileira estaria em equilíbrio, eram duas metades complementares. Dizia o autor: “Havia uma doçura nas relações entre senhores com escravos domésticos”, depois afirma que a casa-grande fazia subir da senzala para o serviço mais íntimo e delicado dos senhores, vários indivíduos como amas de criar, mucamas” (FREYRE, 2001). Temos aqui uma perspectiva relacional entre brancos e negros que pode ser entendida como uma teoria que sustentou o que pode ser considerado como ideologia da democracia racial brasileira.

Grosso modo, o autor, descendente dos primeiros colonizadores portugueses do Brasil, filho da casa grande, traz em sua obra uma perspectiva idílica da sociedade colonial brasileira. Oculta as explorações, os conflitos, as discriminações inerentes ao sistema escravocrata, “escondendo” esses conflitos em uma ideia romantizada de “democracia racial”, onde escravos e seus senhores se relacionariam e confraternizariam sob uma experiência de profunda intimidade e mútua cooperação.

Em sua obra *Branços e Negros em São Paulo*, Roger Bastide (1959) traz uma explícita crítica à ideologia da democracia racial defendida por Freyre. Para Bastide, não havia legalmente uma segregação racial brasileira, ou seja, as barreiras raciais não estavam institucionalizadas, mas escondidas por elementos relativos à condição social do indivíduo, marcado, sobretudo pela cor. A ideia de democracia racial esconderia os evidentes preconceitos raciais disfarçados sob a perspectiva de classe. A principal questão: a raça seria o foco das manifestações brutais de preconceito na experiência brasileira. Bastide alertava que se o preconceito de cor se confundia com o de classe, logo, deveria se passar das relações verticais para as horizontais, ou seja, dentro de uma mesma classe social tentar perceber em que momento a cor começa a ser estigma racial e não um símbolo de status social.

A cor é apontada como uma marca racial que expressava simbólico e fisicamente a distância entre duas camadas raciais. Para Bastide (1959), nos anos 50, a cor era em um primeiro momento um estigma racial e, em um segundo, um símbolo de status social inferior. O elemento cor indicaria uma desigualdade social e apontava para uma supremacia dos brancos tendo como oposto uma inferiorização moral, mental e social dos negros. Percebeu um conjunto de representações e estereótipos relacionados à cor e às diferenciações raciais que sustentariam preconceitos e discriminações, ou seja, a questão era de raça e não apenas de classe. Essas representações negativas sobre os negros eram percebidas nas obras literárias, livros didáticos, ditos populares, folclore brasileiro e em outras esferas da cultura, com a figura negroide aparecendo como subalterno, mal-educado, carente de piedade e proteção da parte branca da população. Nesse sentido, não está mais em questão às raças biológicas (ideologia já superada), mas as raças sociais estigmatizadas e as superiores sintetizadas na branquitude.

Na percepção de Bastide (1959), a cor trazia em si o significado de uma desgraça contagiante, como exemplo, certas doenças. Com o fim da escravidão o problema do negro passa a ser o racismo e os estigmas que o excluía da vida na sociedade. A cor era um elemento de justificação e legitimação da conduta exclusiva dos senhores, sendo, nesse sentido, ela, a cor escolhida social e culturalmente como marca racial que exprimia simbólico e fisicamente a distância entre duas raças (FERNANDES, 1959). A cor é tida aqui como um elemento fundamental na classificação social. O termo negro não deveria ser considerado como injurioso e ofensivo. A cor (preta) e um grupo social (negros) eram estigmatizados e marginalizados por elementos de sua corporeidade.

Diferente da perspectiva freyreana, Azevedo (1955) aponta que na experiência da sociedade brasileira, enquanto houve escravidão, havia duas camadas raciais que formavam dois mundos socialmente separados e antagônicos, ainda que existissem contatos e intimidades entre brancos e negros. O negro era pensado como um indivíduo com características inferiores aos brancos e a cor da pele era historicamente considerada um símbolo de status. O branco e branquitude remetiam aos colonizadores europeus que dominavam a economia, a política, as terras e cujos descendentes conformariam as classes mais altas. Por outro lado, os negros remetiam aos escravos africanos, ao trabalho nas atividades braçais e de serviço doméstico, ou seja, as camadas mais pobres e menos instruídas da população brasileira. No imaginário da população brasileira, os negroides representariam

indivíduos que exerciam funções subalternas e de menor prestígio na estrutura ocupacional, permanecendo, assim, o lugar que lhe fora determinado no passado, o trabalhador menos valorizado.

A ascensão social da população negra para Bastide (1959) se daria apenas dentro da classe baixa, em ocupações de menor prestígio e remuneração, o que seria um tipo de controle social. Nesse contexto, há uma reprodução de uma sensação de que o negro nasceu para exercer ocupações subalternas obedecendo às ordens do patrão, geralmente branco.

Para a permanência do “lugar do negro” na sociedade havia a necessidade de instituições. As escolas era o início de um processo de controle social da população negra, como exemplo, nos livros didáticos. Nos referidos livros didáticos os negros eram apresentados em posições inferiores e subalternas. Nas histórias, aos negros eram sempre atribuídas profissões consideradas “inferiores” (pedreiro, empregada doméstica e jardineiro) e os brancos, profissões liberais, como médico, advogado etc., Bastide (1959). Vron Ware (2004) ao trabalhar com o conceito de branquitude sugere que o mesmo deva ser entendido como uma construção ideológica de poder. Nesse cenário, os brancos formam um grupo privilegiado, com sua identidade tida como norma e padrão. Toda uma narrativa da branquitude transcorreu baseada na construção de uma identidade branca alicerçada em um conjunto de privilégios materiais e simbólicos.

A branquitude é um discurso identitário pouco claro, mas não necessariamente desprovido de poder (LIV SOVIK, 2004). Por um lado, esse conceito traz à baila uma releitura sobre o conhecimento e posições sobre as relações raciais, levando em conta que a negritude sempre foi o foco dessas relações. Trabalhos sobre branquitude podem explicitar fenômenos como o racismo brasileiro, as desigualdades raciais e os privilégios dos brancos. Para Bento (1998) O debate em torno da discriminação racial é mais facilmente aceito se o foco estiver sobre o negro. Embora os impactos do racismo se manifestem de formas distintas nas vidas de negros e brancos, não é incomum “a tendência à negação, fugir ou procurar esquecer as condições de discriminado e de discriminador”.

Quando a discussão envolve relações raciais e, conseqüentemente, o branco, o debate pode a ser contaminado: I – pelo entendimento errôneo que ações racistas são esporádicas, ou seja, fruto do desatino de um ou outro fanático racista. Essa visão superficial desconsidera o “caráter estrutural do racismo à brasileira”. Utilizamos diversas manifestações dos preconceitos e estereótipos raciais no cotidiano da vida educacional, na escola, nos meios

de comunicação etc. Dito isso, o racismo é processual, histórico, duradouro e constante. II – Cor é condição de privilégio. Brancos nem sempre estão interessados em admitir que em alguma instância sejam beneficiários do racismo. Logo, o racismo é problema do outro (dos negros). Bento (1998) considera que “Apesar de o impacto do racismo sobre os brancos ser claramente diferente do impacto do racismo sobre os negros, o racismo tem consequências negativas para todos. Ou seja, é um problema para negros e brancos”.

As desigualdades entre brancos e negros existentes na estrutura social brasileira⁷ podem em grande medida serem entendidas pelas diferenças nos campos de possibilidade de ascensão social (do indivíduo e/ou da família) de negroides. As diferenças de renda entre brancos e negros é apenas um dos indicadores de desigualdade social. Entretanto, os negros não são pobres apenas por nascerem pobres. São aprisionados na pobreza por barreiras que impedem sua ascensão, ou seja, movimentar-se na estrutura social para extratos sociais mais altos saindo de uma condição de pobre (VALLE SILVA, 2000).

A inferiorização atribuída aos negros cria barreiras para sua ascensão social (COSTA PINTO, 1998). Ascensão não significa necessariamente integração social. A própria ascensão de uma classe média negra pode criar conflitos e tornar mais evidente as tensões. Negros ascendendo socialmente, movimento na estrutura social para cima, mas encontrando as barreiras sociais da integração. Movimenta na estrutura, mas permanece existindo como corpos negroides em uma sociedade onde o racismo é estrutural, ou seja, estrutura que (des)organiza a sociedade. Almeida (2018) trata o racismo em 3 (três perspectivas), mas complementares conforme alguns exemplos abaixo:

I - Racismo na perspectiva individualista, ou seja, discriminação sistemática de grupos sociais identificados por características físicas ou culturais. Como Patologia social

⁷ “As razões de rendimentos entre categorias de cor ou raça e de sexo indicam que o diferencial por cor ou raça é maior do que o diferencial por sexo no Brasil. Enquanto as mulheres receberam 78,7% do valor dos rendimentos dos homens, em 2018, as pessoas de cor ou raça preta ou parda receberam apenas 57,5% dos rendimentos daquelas de cor ou raça branca. O diferencial por cor ou raça é explicado por fatores como segregação ocupacional, menores oportunidades educacionais e recebimento de remunerações inferiores em ocupações semelhantes. Em 2018, enquanto 34,6% das pessoas ocupadas de cor ou raça branca estavam em ocupações informais, entre as de cor ou raça preta ou parda esse percentual atingiu 47,3%. A maior informalidade entre as pessoas de cor ou raça preta ou parda é o padrão da série, mesmo em 2016, quando a proporção de ocupação informal atingiu seu mínimo. Nesse ano, havia 39,0% de pessoas ocupadas informalmente, sendo que, entre as pretas ou pardas, tal proporção atingiu 45,6%”. Fonte: Informações Demográficas e socioeconômicas do IBGE, 2019.

afeta indivíduos e privilegia outros em determinadas situações. É um desarranjo social, mas que se desenrola em um ato social;

II - Racismo institucional. Instituições que reproduzem padrões discriminatórios. Nesse cenário, temos um mau funcionamento das instituições. Ex.: escolas e formação de determinados tipos de sujeitos. **Proposição contrária:** desnaturalizar o racismo;

III - Racismo estrutural – os arranjos da sociedade - como ela é constituída-reproduz tanto na vida dos sujeitos como nas instituições parâmetros de discriminação racial – no campo da política, economia etc. O racismo se naturaliza como parte integrante do processo social. Ex.: naturalizar a diferença salarial entre brancos e negros, entre homens brancos e mulheres negras etc. Não haveria racismo se não houvesse Estado. Como exemplo, o racismo colonial com os escravizados brasileiros, a segregação racial nos EUA como projeto de Estado (As leis de Jim Crow⁸), o apartheid na África do Sul⁹ e nazismo¹⁰ na Alemanha etc. No Brasil, com a existência de juízes racistas e promotores racistas há na concepção de Almeida (2018) uma estrutura que reproduz padrões de discriminação racial contra pessoas negroides.

Entretanto, estruturas racistas conduzem em muitas das vezes a movimentos antirracistas. Um dos exemplos é a **interseccionalidade**, conceito construído inicialmente pela jurista e professora da teoria crítica de raça Kimberlé Crenshaw, no âmbito das leis antidiscriminação considerando a experiência estadunidense. Grosso modo, a **interseccionalidade** representa uma ferramenta teórica e metodológica utilizada para pensar a inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, e as articulações decorrentes dessas interseções, que repetidamente colocam as mulheres negras mais expostas e vulneráveis aos trânsitos destas estruturas, dentre elas, o patriarcado (AKO'TIRENE, 2018).

⁸ As leis de Jim Crow (**Jim Crow Laws**) foram leis estaduais e locais que entre o final do século XIX e 1965 impunham a segregação racial no sul dos Estados Unidos. Todas essas leis foram promulgadas no final do século XIX e início do século XX pelas legislaturas estaduais e foram aplicadas até 1965. O princípio legal da segregação racial de "separados, mas iguais" definia a separação entre brancos e negros: nos casamentos, nas escolas, nos transportes públicos, nas piscinas públicas etc.

⁹ **Apartheid** ("separação") foi um regime de segregação racial implementado na África do Sul em 1948 e adotado até 1994 pelos sucessivos governos do Partido Nacional, no qual os direitos da maioria dos habitantes (negroides) foram cerceados pela minoria branca no poder, ou seja, os bôeres de origem holandesa. Para saber mais ver Capranzano (1986).

¹⁰ O **Nazismo** foi um movimento político de extrema-direita, liderado por Adolf Hitler, baseado na Alemanha na década de 1920 até 1945. Dentre outras características foi um movimento fortemente marcado pelo racismo, antissemitismo e a eugenia. Para saber mais ver Stanley (2018).

Outro aspecto perverso do racismo é a sua combinação com o patriarcado. O patriarcado tratou de naturalizar a opressão contra as mulheres, variando em seu formato e intensidade, considerando a cor e a posição social das mulheres. Mulheres brancas (na condição de senhoras com o privilégio da cor) podem atenuar a dominação em determinadas situações, mas historicamente foi construído o seu papel secular: esposa (para casar-se) e mãe. Diferentemente, a mulher negra não pode exercer o seu papel de esposa e em muitas das vezes lhe restou o papel de concubina.

Em relação ao papel de mãe, as negras da casa-grande, sobretudo quando eram amas-de-leite, não puderam desempenhar a maternidade, pois tinham a obrigação (sem escolhas) de criar os filhos da família patriarcal. A figura da mulher negra escrava ora estava relacionada à perversa condição de ama-de-leite ou a promiscuidade sexual da sociedade patriarcal. Ou seja, em uma leitura racista, as brancas eram para casar e as negras para o sexo que era parte da dominação patriarcal. É nessa relação desigual entre brancos e negros que se deu a base para as mestiçagens (estupros e/ou o nascimento dos filhos ilegítimos). Em grande medida, os nascimentos dos mestiços se deram a partir de sistemáticos estupros, o que Freyre, romanticamente denominou de democracia racial.

A inferiorização social do negro, sobretudo na sociedade escravocrata e os estupros das negras pelos senhores brancos criaram determinações do preconceito racial de outro tipo de existência: os mestiços. Ou seja, entre os brancos e os negroides retintos havia o colorismo e distintas leituras sobre as corporeidades, percepções e discriminações tendo como base a branquitude como um modelo socialmente construído como superior (MUNANGA, 1999).

Na própria literatura brasileira (em distintas épocas e gêneros) há uma leitura desvirtuada da imagem da mulher negra. Uma forte ausência da representatividade da mulher negra como mãe, matriz de uma família negra, marca uma ausência centrada em mulheres brancas e suas famílias (EVARISTO, 2005).

Outra ausência se dá pela história das diversas formas de resistência da mulher negra contra sua situação de escravizada. É pouco apresentado o papel das mulheres negras nas lutas organizadas contra a escravidão: as fugas, os motins, as rebeliões e a formação dos quilombos (GONZALEZ, 1982). As ausências dessas mulheres nessas lutas indicam uma suposta docilidade/submissão das negras contra a família branca patriarcal escravagista. No geral, a literatura mais recente mostra que a relação entre a branquitude e a população negroide no Brasil não foi baseada em afetos, mas com uma miscigenação socialmente

construída mediante violência física, sexual e psicológica praticada contra as mulheres negras. Três séculos de uma lógica perversa de um sistema escravocrata trouxe um conjunto de privilégios aos indivíduos brancos. Mesmo metamorfoseado, esses privilégios atravessaram séculos. Construiu desigualdades expressas na estrutura social brasileira e é parte do cotidiano nacional.

Essas temáticas, raça, racismo e demais marcadores sociais da diferença, por exemplo, estão e permanecem na ordem do dia, presentes tanto na paisagem social dos países quanto nas agendas de pesquisas no campo acadêmico, por pelo menos dois fatores basilares: I- pela generalidade desses fenômenos sociais: ainda que tenham características específicas e expressões distintas, apresentam-se nas paisagens sociais de todos os países, em especial e de forma mais profunda e dramática, nos países com profunda marca racial como marcador de diferença; II- por se tratar de problemas que permanecem nesses distintos países, inclusive, entre os “ricos”.

No contexto mundial, sobretudo no campo acadêmico europeu, e de forma ainda mais específica, na França, estudos de caráter social sempre foi tendência da Geografia Social, fragmento da Geografia Humana que estabelece um diálogo com as ciências sociais, notadamente a Sociologia, tendo como objeto o espaço social¹¹ e, em especial, as questões sociais¹², entre elas, as assimetrias expressas nas sociedades, as desigualdades, a pobreza, as exclusões sociais, marcadores sociais das diferenças etc. Apesar da divulgação de alguns trabalhos dispersos, elaborados nos períodos anteriores aos anos 1960 por geógrafos norte-americanos influenciados pelos sociólogos da Escola Ecológica de Chicago, foram as

¹¹ **Rochefort** (1983, p.13) na década de 1980 definiu que: « [...] “Ce qui est premier en géographie sociale, c'est la société et non l'espace. Ce sont les mécanismes, les processus sociaux et sociétaux, le jeu des acteurs publics ou privés de toutes espèces. Si l'on ne cherche pas la société au départ, on ne la trouve pas à l'arrivée [...]. Le moteur, la clé, c'est la société. L'espace est toujours second et si l'on commence par lui, on risque de ne pas comprendre. Mais il est bien évident que l'espace à son tour rend bien compte de tout un jeu de variations qui renforcent ou atténuent les décalages et les tensions entre société locale et société globale.” / O ponto principal na Geografia Social é a sociedade e não o espaço. Trata-se, sobretudo da análise dos mecanismos, dos processos sociais e societais, do jogo de atores públicos e privados de todos os tipos. Se não pesquisarmos a sociedade como ponto de partida, nós a encontraremos como ponto de chegada [...] O motor, a chave, é a sociedade. O espaço é sempre secundário e se começarmos por ele, nos arriscamos de não compreender o fenômeno. Porém, é evidente que o espaço, em seus termos, está imbricado em um jogo de variações que reforçam ou atenuam os conflitos e as tensões entre a sociedade local e a sociedade global (tradução minha). Já no século XXI, Pain *et alii* (2001, p.1), em uma coletânea mais recente sobre a Geografia Social, iriam definir que o objeto de parte da Geografia são os modos como as relações sociais, as identidades sociais e as desigualdades sociais são produzidas, bem como sua variação espacial e o papel do espaço em sua produção (grifo nosso).

¹² A Geografia Social, ao tratar de suas questões, considera que os pesquisadores têm um papel social a desempenhar com suas pesquisas. Nessa perspectiva, os geógrafos sociais também são concebidos como geógrafos militantes, posição que muitos assumem de fato.

mudanças sociais e econômicas do final dessa década que afirmaram a temática social no âmbito da Geografia. Nesse contexto, com inspiração marxista, uma perspectiva da Geografia, denominada Geografia Radical, Crítica ou Marxista, passou a entender a organização espacial como um produto das relações sociais de produção que, juntamente com as estruturas de classe, configurariam os dois fenômenos nevrálgicos para o entendimento desse processo.

Nesse sentido, a Geografia Social desenvolve-se em um contexto de alterações sociais, econômicas, políticas e culturais ocorridas temporalmente na transição entre os anos 1960 e 1970, com uma forte centralidade de estudos voltados às assimetrias territoriais. Ou seja, “após meados da década de 80 assiste-se a uma recuperação da centralidade das temáticas sociais em Geografia Humana muito associada à emergência de novas correntes como o realismo, ou os projetos das Geografias Pós-Modernas” (MALHEIROS, 1995, p. 116). Malheiros chama a atenção para a necessidade de diversificar os sujeitos a serem pesquisados na Geografia Humana e afirma que os pesquisadores sociais (e os geógrafos) passaram a assumir uma posição crítica em relação às grandes tipologias usadas para classificar as sociedades e os grupos sociais, o que acabou exigindo um debate e permanente ajustamento referente à escala de preocupação, passando a incorporar com maior frequência estudos de pequenos grupos diversificados, gestados a partir do próprio funcionamento do sistema econômico contemporâneo.

De um ponto de vista da empiria, as preocupações sociais da Geografia Radical centravam-se, não exclusiva, mas essencialmente, em dois pontos: I- nos processos de formação do espaço urbano, com enfoque nos conflitos existentes no meio urbano e na segregação socioespacial; II- nas desigualdades do desenvolvimento na escala mundial, tratando, sobretudo, das temáticas relativas às relações de dependência e subdesenvolvimento.

Após relevante presença de geógrafos nos debates relativos à temática social, ocorre, durante os anos 1970 e 1980, um arrefecimento das questões relacionadas à justiça social na produção geográfica (MALHEIROS, 1995). Esse processo se deu na medida em que a Geografia Marxista, ao interpretar as desigualdades socioterritoriais, considerando a produção e as estruturas de classes como elementos estruturais basilares:

Viu-se impossibilitada de incorporar outras dimensões da injustiça social (designadamente o patriarcado e o racismo) que, apesar de relacionadas com as estruturas de classes, não decorrem, necessariamente, dela. Por outro lado, a crise estrutural [...] veio reforçar o domínio da temática econômica em Geografia, desenvolvendo-se os estudos relativos às implicações territoriais dos processos de reestruturação econômica, bem como as análises urbanas e regionais centradas nos elementos de competitividade econômica. (MALHEIROS, 1995, p. 116).

Além dos fatores citados por Malheiros (1995), o declínio do *Welfare State* e a ampliação de políticas de caráter liberalista como, por exemplo, o Thatcherismo, que apregoavam a redução do intervencionismo público e do papel do Estado na criação de um ambiente favorável ao funcionamento dos agentes econômicos privados e dos mecanismos de mercado, conduziram a um recuo dos estudos que tratavam de experiências empíricas relacionadas às questões sociais.

Em período seguinte, porém, há no âmbito da Geografia Humana uma maior presença das temáticas sociais, muito associadas às ditas “geografias pós-modernas”, nas quais se incluem, por exemplo, os estudos de Soja (1989), que trouxe à Geografia a relevância do debate relacionado às questões sociais gerais e, em particular, aos grupos sociais desfavorecidos, marginalizados e oprimidos. Entre estes, a mão de obra explorada como parte do capitalismo, populações tiranizadas e mulheres excluídas, três grupos que exemplificam a tríade classe-raça-gênero que configurou parte central na discussão da Geografia Social.

Ganham força, então, nas Ciências Sociais, e na Geografia, temas relacionados ao racismo e ao patriarcado, para pensar as relações entre os grupos sociais na sociedade capitalista, enfocando, além das posições nas estruturas de classe, outros elementos, tais como sexo, raça/cor e idade. Se já havia exclusões e discriminações relativas a sexo e raça, entendia-se que o desenvolvimento do modo de produção capitalista reforçava posições de subalternidade e assimetrias sociais em relação a mulheres e pessoas não brancas.

Como exemplo, se no âmbito do grupo familiar, o trabalho feminino e, de forma mais específica, o trabalho doméstico, possibilitava as condições de reprodução social que, por sua vez, permitia o funcionamento da esfera da produção que era considerado um domínio exclusivamente masculino e *par excellence* com maior valoração positiva, a mulher e o trabalho doméstico permaneciam desvalorizados ou marginalizados.

Trata-se aqui de uma das discussões centrais da Geografia Social: a que envolve gênero, trabalho e desvalorização social¹³. Todavia, além da afirmação de uma determinada condição social e posicioná-las na estrutura social, é preciso entender as dinâmicas e os processos de formação socioespacial que as empurram para essa situação ou as fazem nela permanecer.

Dessa forma, na análise do processo de formação socioespacial das cidades, com os problemas nelas presentes, como a exclusão social, a gentrificação, o desemprego, a marginalização, a pobreza urbana etc., deve-se dar visibilidade também aos grupos marginalizados no mundo rural, ao ambiente social em que vivem e aos processos de que participam. Se há, no mundo urbano, distintos grupos sociais desfavorecidos e, entre estes, um subconjunto de parcelas marginalizadas, entende-se ser igualmente importante identificar os marginalizados do campo. Antes, porém, cabe esclarecer o que se entende por marginalização.

A marginalização pressupõe um desvio em relação aos comportamentos-padrão, estabelecidos pelo grupo-dominante (homens de meia-idade, brancos e da classe média ou média alta) e que podem ser definidos enquanto um conjunto de normas e valores que regulam os sistemas econômico, social, político-administrativo. Enquanto a maioria das mulheres, dos idosos e, em larga medida, dos membros das minorias étnicas tem uma atuação funcional conforme os papéis sociais que lhes são reservados pela sociedade contemporânea, existem diversos outros grupos que ocupam uma posição claramente marginal face ao conjunto de normas e valores que constituem os padrões sociais de referência, assumindo-se que podem pôr em causa, ou mesmo ameaçar, certas dimensões da ordem social vigente (MALHEIROS, 1995, p.119).

Como um fenômeno relativo, a marginalização abarca um conjunto de grupos sociais, que embora variados, podem ser identificados por alguns fatores:

I - Grupos marginalizados pela condição econômica: compostos por aqueles, por exemplo, que não conseguem satisfazer suas necessidades básicas mínimas, as vítimas da fome, uma das mais expressivas e elementares formas de pobreza. Os desempregados urbanos e as famílias de agricultores descapitalizados podem compor esses grupos que conformam indivíduos e famílias vulneráveis à insegurança alimentar;

¹³ No campo acadêmico brasileiro, no caso específico da Geografia Humana, trata-se de temas de pesquisa da Geografia do Gênero.

II- Grupos marginalizados por uma condição social: compostos por pessoas que não correspondem ao padrão hegemônico dominante, tais como os migrantes pobres, os analfabetos (sem educação formal), os negros, as mulheres, os homossexuais, entre outros;

III- Grupos marcados por atividades econômicas desvalorizadas: como, por exemplo, os pequenos agricultores pobres, marginalizados social e economicamente.

Não raro, há pessoas que reúnem mais de uma dessas condições, o que as coloca numa posição de extrema marginalidade, como por exemplo, mulheres agricultoras, negras, analfabetas e inseridas em famílias monoparentais. Isso significa que no interior de grupos desfavorecidos, alguns indivíduos agregam um conjunto de elementos em níveis distintos, como aqueles que além de terem uma determinada condição social e econômica, seguem religiões de matriz afro, fator que amplia o grau de marginalidade dentro do seu próprio grupo social. Grupo social este que, por sua vez, carrega outros elementos de marginalização.

Essa tipologia de grupos marginalizados, sob as óticas econômica e social e das atividades econômicas, representa divisões que têm proposição heurística extremamente sintética. A realidade social, no entanto, é consideravelmente mais complexa do que podem demonstrar os instrumentais de análise e explicação que temos à nossa disposição.

Se focarmos, por exemplo, os estudos que envolvem gênero, sexualidade, idade, condição física etc., surgirá, nas geografias do cotidiano, um conjunto diversificado de grupos sociais excluídos baseados na condição de gênero (sobretudo as mulheres e transexuais), na orientação sexual (sobretudo os homossexuais), na idade (destaque para idosos e crianças), numa determinada condição social marginal (pobres rurais e urbanos, migrantes pobres), na cor da pele (negros, e entre eles, os quilombolas, os indígenas etc.), bem como na religião e na cultura.

Dentre os grupos excluídos e marginalizados, destacam-se os jovens negros e pobres, os transexuais e os travestis, grupos que até mesmo inconscientemente participam de processos de categorização que também são construções sociais de exclusão e de poder de uma sociedade heteronormativa, as quais incluem e excluem pessoas de uma vida digna em sociedade, por carregarem em sua corporeidade características que não escolheram, mas que limitam as oportunidades empurram-nas para a marginalidade e a inviabilidade social, podendo, assim, definir drasticamente até mesmo o fim de suas existências¹⁴.

¹⁴ No ano de 2013, de um total de 8.153 adolescentes brasileiros mortos, com idade entre 16 e 17 anos, quase a metade foi vítima de homicídio (3.749 - 46%), ou seja, uma média de 10,3 adolescentes assassinados por dia no Brasil.

Se há distintas categorias marginalizadas, entende-se, portanto, ser preciso distinguir desfavorecidos e marginalizados. Uma agricultora pobre, negra, mãe solteira e seguidora de religião de matriz afro agrega em si um conjunto de desvantagens que a marginaliza. Mas, já mulheres jovens, brancas, de classe média, embora carreguem em sua corporeidade uma condição de mulher, que as desfavorece, têm bastante reduzido seu processo de marginalização. Nesse contexto, a marginalização é uma classificação relativa, uma vez que depende principalmente das normas e dos valores da sociedade em que o indivíduo está inserido.

Os marginalizados são fruto de uma construção social desigual de poder baseado em relações sociais, às quais:

Os geógrafos sociais têm dedicado a sua atenção a classe, gênero, sexualidade, raça, idade e deficiência – estão em torno do poder, opressão e distribuição de recursos na sociedade. A geografia social está também preocupada com as identidades, que estão sempre associadas a modos de vida, e por isso não são apenas relacionadas com ideologias, mas também poder e recursos (PAIN ET ALII, 2001, p. 4).¹⁵

Em uma sociedade desigual, como a brasileira é importante pontuar que há outras pobreza para além dos rendimentos, considerando que em maior ou menor grau pessoas e grupos são excluídos considerando o gênero, raça e etnias. Tratar dos pobres (rurais e urbanos), dos migrantes pobres e de outros grupos sociais desfavorecidos é dar visibilidade aos excluídos da sociedade.

Obviamente, nos meios urbanos, sobretudo nas grandes cidades, os marginalizados são mais facilmente identificados, devido, entre outros fatores, às relações sociais mais formais, tendendo a serem mais frágeis, à forte segregação socioespacial, com significativos níveis de precarização da vida, ao desemprego, às relações flexíveis de trabalho, à menor coesão social, com sociedades mais diversificadas, bem como à forte mobilidade ocupacional das pessoas - ainda que precárias.

Geralmente são jovens, negros e moradores das periferias das grandes cidades. No ano de 2014, 61% das mortes violentas no Brasil foram de negros. Os negros e pardos correspondem a 61% da população carcerária nacional. Em 2012, a população carcerária nacional era predominantemente jovem (266.356), num universo de 480.393 pessoas, e com largo predomínio de negros (295.242). Em 2013, o Brasil liderou o *ranking* entre os países onde mais se matou a população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros). Naquele ano, a homotransfobia foi à causa da morte de 312 representantes desses grupos e, entre 2008 e 2013, foram assassinados 486 transexuais no Brasil. Fonte: Mapa do encarceramento (2015); Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2014), Grupo Gay da Bahia (GGB, 2014); Internacional Transgender Europe (2015).

¹⁵ Tradução livre realizada por Renato Ferreira do Centro de Estudos de Ciências Sociais da Universidade de Coimbra (CES-UC).

Quem lava suas cuecas? Racismo estrutural e o cidadão de bem

Para que as cuecas da classe média sejam lavadas existe uma hierarquia social e racial na base e que é conservada: geralmente mulheres, pobres e com baixo capital cultural. Para permanência dessa hierarquia social perversa iremos utilizar dois pensadores em campos distintos: a entrevista¹⁶ o rapper mineiro Gustavo Pereira Marques, o Djonga e o pesquisador Jason Stanley (2018) e seu já aclamado livro: Como funciona o fascismo: A política do “nós” e “eles”.

Para o Djonga, “o fascismo é um *modus operandi*. Uma forma de se agir politicamente”. Para Stanley (2018) fascismo é um método para conquistar poder. O fascismo é também uma técnica e parte dessa técnica está baseada na vitimização. Não se trata aqui em crenças ou verdades. O fascismo tem apenas um interesse: conquistar ou manter o poder. Com técnica, as elites dominantes dizem que são vítimas das minorias. Quando as pessoas são obrigadas a lavar as suas cuecas ou realizar o trabalho em suas próprias casas elas se sentem vitimadas. As pessoas que atacam a verdade e se vitimizam são na concepção de Stanley também racistas. Fascismo e racismo passam a ser componentes de um mesmo lado.

O fascismo se baseia em *fake news* (mentiras) e não pós-verdades: se eu acho, logo é verdade- mesmo sem evidências. No século 21, a mistura entre racismo, fascismo, *fake news* e pós-verdade desembocam em pelo menos um fenômeno: a vitimização das elites. Na vitimização, os grupos dominantes se sentem vítimas de minorias que supostamente usurpam seus lugares (ou que acreditam ser) e se colocam em “pé de igualdade”. Os homens se sentem vítimas do feminismo. Os cristãos se sentem vítimas no Hanukkah. Os héteros se sentem vítimas dos grupos LGBTQIA +, etc.

Originalmente o fascismo adquire grande relevância na Itália da década de 1920 (ditador Benito Mussolini), baseado na valorização das ideias de nação e raça centrado nos valores individuais representados por um líder autoritário. No século XXI, Stanley (2018) considera que democracias caminharam em direção a regimes mais ou menos totalitários. Líderes democraticamente eleitos usaram de retóricas fascistas para fazer política, como exemplo, Donald Trump. O autor traz princípios fundamentais do fascismo que são

¹⁶ Entrevista completa disponível em: Canal quebrando o Tabu - "Vai falar que todo preto é bandido? Mentira!" - <https://www.youtube.com/watch?v=aG07G9MwGN4>

resgatados no início do século XXI: 1 – Ideia de reviver um passado mítico e glorioso; 2 – Uso de propaganda para distorcer e minar conceitos e instituições democráticas (tendo como fundo a ideia de combate a corrupção); 3 – Ataques às universidades e intelectuais; 4 – Forte noção de hierarquia; 4 - Política da lei e da ordem e foco na proposta de grupos minoritários criminosos; 5 – Valorização do trabalho duro; 6 – Críticas ao estado de bem estar-social. Esses princípios apoiam-se uns nos outros com o objetivo de criar e reforçar divisões, simultaneamente minando as bases da democracia: eleições livres, judiciário independente, liberdade de imprensa e expressão, dentre outros, ou seja, elementos que poderiam combater a ascensão totalitária.

Stanley (2018) trabalha com a ideia de “Arbeit Macht Frei” (do alemão, o trabalho liberta), ou seja, as minorias seriam supostamente preguiçosas e precisam ser estimuladas ao trabalho (até com violência física, se necessário). Para Stanley, quando um branco repete que um negro é preguiçoso, ele repete o lema nazista. A ideia aqui, diferente do contexto nazista, é que os grupos dominantes acreditam que as minorias (dentre elas, os negros), são naturalmente preguiçosas e “mamam nas tetas do estado” [*ipsis litteris*]. Os nazistas acusavam os judeus de se apropriarem dos bancos para evitar o trabalho que exigia grande esforço físico e mental. Os livros infantis alemães mostram os judeus como pessoas com mãos macias, ou seja, desacostumadas ao trabalho. Nesse sentido, o fascista defende a ideia de forçar seu opositor ao trabalho gratuito até que aprendam a ética do trabalho.

Para Djonga, o Rapper brasileiro, a classe média sente arrepios ao ver o pobre em momentos de lazer. Diz ele: “tem que conciliar trampo pesado, estudo e inclusive lazer que nós merecemos. Todo mundo merece lazer. Tem que parar com essa coisa que os caras têm que ter ego, pode viajar para a Europa, pode fazer tudo e nós não”. Quando os pobres estão em momento de lazer, Djonga afirma haver uma leitura de reprovação, ou seja, “só quer curtir a vida. Por que você não vai trabalhar? Só a classe média pode, não é? Classe média é f***”. Nesse sentido, percebe-se o lazer feito nas periferias como algo subversivo e até mesmo revolucionário: os pobres além de lavar as cuecas da classe média se divertem. Para um branco rico conservador nada é mais ofensivo que um “pobre curtindo a vida”. Quando um branco privilegiado vê um pobre se divertindo há uma tensão por sentir que a hierarquia racial e social está ameaçada. Logo, pobres de todo o mundo. Divirtam-se.

A adoção da emenda constitucional 72 de abril de 2013, conhecida como a "PEC das Domésticas", e da lei complementar 150 de 2015, iniciativas para coibir a exploração das

trabalhadoras domésticas, deu maior amparo e formalização a este tipo de trabalho, mas apesar dos esforços dos governos recentes inserir as empregadas para a formalidade, o que ocorreu foi um aumento da informalidade. As relações sociais do trabalho doméstico em si não têm necessariamente uma relação com a escravidão moderna, mas deve ser entendida dentro da dinâmica racial que se estabeleceu no período pós-alforria, sobretudo a partir de 1888. Entendendo que as domésticas têm uma cor predominante e no Brasil há um racismo estrutural, essas duas coisas combinadas convergem para um cenário contemporâneo de um trabalho doméstico mal remunerado e formas de contratação esporádicas para driblar quais direitos reconhecidos para as domésticas (carteira assinada, férias, 13º salário etc.).

Séculos de escravidão e o racismo estrutural colocaram as classes médias e as elites nacionais em uma situação confortável. O passado escravocrata se metamorfoseou e permaneceu como parte da estrutura social brasileira. Um exemplo são as estruturas das casas: saem às senzalas, entram os quartos de empregada (um simulacro de senzalas “modernas”). As diaristas e principalmente as empregadas domésticas são resquícios de escravidão que permite que pessoas com maior poder aquisitivo não precisem lavar as suas cuecas. Lavar ou não as cuecas¹⁷ é um bom parâmetro de justiça social: em uma sociedade justa e menos desigual cada um lavaria a sua.

Por isso, em grande medida, a classe média brasileira discorda de políticas afirmativas. “Não querem pretos nas universidades e não querem cotas: querem quem lave as suas cuecas”, afirma Djonga que cresceu e viveu grande parte de sua vida em áreas pobres (economicamente) em Belo Horizonte (MG). Sabe-se que o Brasil tem o maior número de empregadas domésticas no mundo: 7 milhões de pessoas no setor (OIT, 2017), ou seja, um número como a população da Dinamarca (pouco mais de 5 milhões de pessoas). No Brasil, são três empregados para cada grupo de 100 habitantes. Sobre as empregadas domésticas há três fatores predominantes: feminino, afrodescendente e de baixa escolaridade.

O Brasil foi um dos últimos países do mundo a acabar com a escravidão. Se olharmos a predominância da cor das domésticas e as dificuldades de ascensão social dos pretos pós-escravatura, percebe-se que Brasil do século 21 herdou do seu passado colonial, imperial e escravista uma profunda desigualdade não solucionada na sociedade e um racismo estrutural. O racismo enquanto estrutura é a base sobre a qual a sociedade se organiza. Por

¹⁷ O/A leitor (a) deve entender a ideia de “lavar as cuecas” apresentada pelo Djonga como uma metáfora.

um lado, há uma negação que essa base estrutural exista. A existência de brancos pobres e a ideologia da democracia racial são acionadas para justificar que há no país um problema de classe e não necessariamente de raça. Entretanto, mesmo negado, o racismo estrutural sempre está presente na paisagem social.

Se focarmos, por exemplo, os estudos que envolvem gênero, sexualidade, idade, condição física etc., surgirão, nas geografias do cotidiano, um conjunto diversificado de grupos sociais excluídos baseados na condição de gênero (sobretudo as mulheres e transexuais), na orientação sexual (sobretudo os homossexuais), na idade (destaque para idosos e crianças), numa determinada condição social marginal (pobres rurais e urbanos, migrantes pobres), na cor da pele (negros, e entre eles, os quilombolas, os indígenas etc.), bem como na religião e na cultura (BENTO, 1999; QUIJANO, 2005; ALMEIDA, 2018; AKOTIRENE, 2018).

Dentre os grupos excluídos e marginalizados, destacam-se os jovens negros e pobres, os transexuais e os travestis, grupos que até mesmo inconscientemente participam de processos de categorização que também são construções sociais de exclusão e de poder de uma sociedade heteronormativa, as quais incluem e excluem pessoas de uma vida digna em sociedade, por carregarem em sua corporeidade características que não escolheram, mas que limitam as oportunidades empurram-nas para a marginalidade e a inviabilidade social, podendo, assim, definir drasticamente até mesmo o fim de suas existências¹⁸.

Considerações finais

Este texto não teve e não tem a pretensão de esgotar uma discussão tão relevante para parte expressiva da população brasileira. O ponto central do artigo foi tentar mostrar como historicamente a branquitude foi socialmente construída como um marcador social da diferença e de privilégios, e como este fato se reflete com clareza na experiência brasileira. A

¹⁸ No ano de 2013, de um total de 8.153 adolescentes brasileiros mortos, com idade entre 16 e 17 anos, quase a metade foi vítima de homicídio (3.749 - 46%), ou seja, uma média de 10,3 adolescentes assassinados por dia no Brasil. Geralmente são jovens, negros e moradores das periferias das grandes cidades. No ano de 2014, 61% das mortes violentas no Brasil foram de negros. Os negros e pardos correspondem a 61% da população carcerária nacional. Em 2012, a população carcerária nacional era predominantemente jovem (266.356), num universo de 480.393 pessoas, e com largo predomínio de negros (295.242). Em 2013, o Brasil liderou o *ranking* entre os países onde mais se matou a população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros). Naquele ano, a homotransfobia foi à causa da morte de 312 representantes desses grupos e, entre 2008 e 2013, foram assassinados 486 transexuais no Brasil. Fonte: Mapa do encarceramento (2015); Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2014), Grupo Gay da Bahia (GGB, 2014); Internacional Transgender Europe (2015).

ideia de raça (primeiramente biológica), em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América. Originou como marcador das diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, europeus e não europeus.

A formação de relações sociais fundadas na ideia de raças produziu na América identidades sociais historicamente novas tais como os índios, negros e mestiços e redefiniu outras. Termos como espanhol e português, e mais tarde europeu, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial e privilégios. Quanto mais distante de um modelo europeu de “ser e existir” maior é a exclusão e a ausência de oportunidades.

Os dados do IBGE mostram como a pobreza no Brasil é maior entre os pretos e pardos. Tratar dessas raças sociais é lidar com configurações de relações de dominação (nem sempre claras) e identidades fortemente associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, como respostas a papéis historicamente construídos. Concorde-se aqui com Quijano que raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população. Entender como as categorias raciais foram socialmente construídas é fundamental para lidar com grande parte das mazelas nacionais.

Os negros historicamente explorados, parte importante da economia, mas com uma presença perversa por ocupar os postos de trabalho mais precários diz muito sobre a permanência de uma mentalidade racista colonizadora. O que resta no Brasil de uma sociedade colonial? A falta de oportunidade para os negros pode apontar para as mais distintas respostas: poucas positivas. O que não podemos é manter relações de dominação impostas pelas ideologias da conquista que trata “o outro” como um “ser sem importância” apto apenas para o trabalho braçal. Sem demérito aos trabalhos braçais, mas a constituição de uma mentalidade limitada sobre os negros precisa ser superada.

O reconhecimento dos privilégios dos brancos deve ser explicitado e a elaboração de novas perspectivas sobre as relações e estruturas sociais devem ser aceitas, dentre elas, os negroides ascendendo socialmente rompendo barreiras de exclusão social. As políticas afirmativas e a própria movimentação (ainda que parcial) dos negros na estrutura social já apontam para uma das possibilidades de outras práticas para além das relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados.

A desconstrução da ideia de raça social é importante na medida em que devemos reconhecer ser ela um elemento estável e duradouro como instrumento de dominação social

universal e especialmente na experiência brasileira. Devemos repensar a ideia de raça como definidor de níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade Brasileira. Espera-se uma nova sociedade em que todos/as lavem “suas cuecas” independente de qual cor seja. Enquanto os brancos não reconhecerem seus lugares de privilégios, o Brasil será o que sempre foi até aqui: um país que foi insuficiente em seu papel de ser grande enquanto nação.

Referências

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.
- AKOTIRENE, Carla. **O Que é Interseccionalidade.** Belo Horizonte (MG): Editora Letramento, 2018.
- AZEVEDO, Thales. **As Elites de Cor: Um Estudo de Ascensão Social.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955ç
- BASTIDE, Roger. **Negros e brancos em São Paulo.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.
- BENTO, Maria Aparecida Da. Silva. **Cidadania em Preto e Branco: Discutindo as Relações Raciais.** São Paulo: Ática, 1998.
- CRAPANZANO, Vicent. **Waiting. The whites of South Africa.** New York: Random House, 1986.
- COSTA PINTO, Luís de Aguiar. **O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança.** 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.
- DJONGA. **"Vai falar que todo preto é bandido? Mentira!"**. Entrevista. Quebrando o Tabu. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aG07G9MwGN4>. Acesso em 02 de fevereiro de 2020.
- EVARISTO, Conceição. Da representação à auto apresentação da Mulher Negra na Literatura Brasileira. **Revista Palmares – Cultura Afro-brasileira.** Brasília: Fundação Palmares/Minc, Ano 1, nº. 1, agosto, 2005.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala.** 42. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001
- FERNANDES, Florestan. Um mito revelador. In: FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro.** São Paulo: Cortez, 1959.
- GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira.” In: LUZ, Madel, T., (Orgs.) **O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual.** Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- MALHEIROS, Jorge. **Tendências recentes na Geografia social: o estudo dos grupos sociais desfavorecidos.** Lisboa: Inforgeo, 1995.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

KOIFMAN, Fábio. **“Imigrante Ideal: o Ministério da Justiça e a Entrada de Estrangeiros no Brasil (1941-1945)”**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires, Colección Sur, 2005a, pp.118-142.

PAIN, Rachel. **Introducing Social Geographies**. London : Arnold, 2001.

ROCHEFORT, René. **Réflexions liminaires sur la géographie sociale**. Colloque géographie sociale, Lyon, ed. D. NOIN, 1983.

SOVIK, Liv. Aqui ninguém é branco: hegemonia branca no Brasil. In: WARE, Vron. (Org.) **Branquidade: identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 363-386.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo, Cia. das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lília Katri Moritz; Starling, Heloísa Murgel. **Brasil: uma biografia** - Caderno de atividades: resumos, atividades propostas e conceitos. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

SILVA, Nelson Do Vale. Cor e Mobilidade Ocupacional". In: Nelson do Vale Silva e José. Pastore (eds.), **Mobilidade Social no Brasil**. São Paulo, Makron. 2000

STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo: A política do “nós” e “eles”**. L&PM e-books, 2018.

WARE, Vron. (Org.). **Branquidade: identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.